

Freire e Vieira: a questão da *auctoritas* nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire

Ana Paula Banza

Universidade de Évora/CIDEHUS

anabanza@uevora.pt

Data de receção do artigo: 31-05-2012

Data de aceitação do artigo: 16-07-2012

Resumen

No presente artigo, aborda-se a questão da *auctoritas* nas *Reflexões* (1768), de Freire, que tomam como ponto de partida os modelos de pureza linguística e literária a seguir. Estes são, essencialmente, os quinhentistas, funcionando como *terminus ad quem* o Padre António Vieira, que, apesar de cronologicamente seiscentista, é reconhecido como o modelo clássico por excelência da pureza do idioma. Assim, analisa-se aqui, através das *Reflexões* de Freire, o papel de Vieira no estabelecimento da doutrina linguística e literária de setecentos.

Palabras clave: *Reflexões* – Freire – Vieira – *Auctoritas* – Historiografia

Abstract

The present paper focuses on the issue of *auctoritas* in *Reflexões* (1768), by Freire, who follows, as a starting point, the models of linguistic and literary purity. These are, essentially the sixteenth century authors, up to Father António Vieira, who, although being from the seventeenth century, is recognized as the major classic model of language purity. Therefore, we analyze, through Freire's *Reflexões*, Vieira's role in establishing the linguistic and literary doctrine of *settecento*.

Keywords: *Reflexões* – Freire – Vieira – *Auctoritas* – Historiography

Independentemente das épocas ou correntes estético-literárias, o Padre Antônio Vieira é um daqueles autores que, pela perenidade da sua obra e pela influência que ela exerceu e continua a exercer, no seu tempo e depois dele, pode ser considerado um grande autor clássico. Tal estatuto acarreta, naturalmente, o de *auctoritas*, em diferentes aceções: estética, retórica, moral, ética e, no caso de Vieira, sobretudo linguística. Com efeito, se a sua autoridade foi, por vezes, questionada em matéria de estilo, nunca tal aconteceu em matéria de língua, sendo efetivamente a sua vertente de Mestre da Língua Portuguesa aquela que nunca sofreu contestação e que faz de Vieira um dos modelos cuja influência mais marcou os grandes autores literários até à atualidade. Mesmo os românticos, como Almeida Garrett¹ ou Camilo Castelo Branco², ao contrário do que muitas vezes erradamente se pensa, não foram imunes aos grandes Clássicos, que leram e admiraram; e os modernistas, como Fernando Pessoa, devotaram-lhes profunda admiração que, no caso deste autor, produziu talvez as mais sentidas palavras de homenagem a Vieira alguma vez escritas, não apenas pelo conhecidíssimo epíteto de Imperador da Língua Portuguesa, que lhe atribuiu no poema a ele dedicado em *Mensagem*, mas sobretudo em palavras como as que escreveu no *Livro do Desassossego* (Pessoa [1982]: 16-17):

Não choro por nada que a vida traga ou leve. Ha porém paginas de prosa que me teem feito chorar. Lembro-me, como do que estou vendo, da noute em que, ainda creança, li pela primeira vez numa selecta, o passo celebre de Vieira sobre o Rei Salomão. «Fabricou Salomão um palacio...» E fui lendo, até ao fim, tremulo, confuso; depois rompi em lagrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquelle movimento hieratico da nossa clara lingua majestosa, aquelle exprimir das idéas nas palavras inevitaveis, correr de agua porque ha declive, aquelle assombro vocalico em que os sons são cores ideaes tudo isso me toldou de instincto como uma grande emoção politica. E, disse, chorei; hoje, relembando, ainda choro.

¹ “Quem podia deixar de admirar Vieira? Quem não iria levado pela torrente de sua eloquência?” (Garrett s.d.: 498-499).

² “São os sermões do padre Antônio Vieira uns riquíssimos minérios do mais fino ouro pelo que respeita à linguagem. Ninguém reuniu em poucas páginas tantas palavras rubricadas pelos mestres que o precederam. As opulências que Vieira aditou à prosódia constituíram o idioma português no alto ponto das línguas mais ricas (...)”, (Castelo Branco 1876: 104).

Por não ser relevante neste contexto, não consideramos aqui o facto de a classificação de Camilo como romântico não ser, como é sabido, consensual.

Não é – não – a saudade da infância, de que não tenho saudades: é a saudade da emoção d' aquelle momento, a magua de não poder já ler pela primeira vez aquella grande certeza symphonica.

Por outro lado, Vieira surge também como um dos modelos de bom uso mais seguidos na produção metalinguística, em particular na de setecentos e, por isso, é com naturalidade que o encontramos também como uma das principais *auctoritates* linguísticas citadas nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*³, de Francisco José Freire (1719-1773). Trata-se de uma obra dirigida ao escritor principiante, onde o autor aborda a locução e não o estilo, sendo esta a razão pela qual Vieira, clássico pela clareza e pela capacidade de adequação exatíssima das palavras às ideias, mas barroco na exuberância do estilo, é referido por Freire como «o classico mais auctorizado da lingua portugueza» (Freire 1842: I-10):

...*estyl*o, do qual não é o nosso assumpto fallarmos [...] *locução*, que é todo o argumento desta obra. Por isso tambem não demos o nosso juízo sobre o merecimento dos classicos até aqui apontados em materia de *estyl*o; nem o daremos nos que se seguirem, reservando este assumpto para occasião diversa. (Freire 1842: I-11).

O editor das *Reflexões*, Cunha Rivara, já claramente oitocentista (1809-1879), é, aliás, da mesma opinião, como se pode constatar pelas observações feitas no prefácio da obra:

A idade quinhentista, ou Classica é a mais conhecida; sobre ella se teem occupado todos os criticos da lingua, e a ella se referem as *Reflexões* conteudas no presente volume.

Passado o primeiro quartel do seculo de seiscentos, começou entre nós a degenerar o bom gosto literario; e a naturalidade e madureza do estilo dos quinhentistas a serem substituidos pelos conceitos estudados, metaphoras atrevidas, e despropositadas antitheses, equivocos, e trocadilhos. – Ahi estão os discursos academicos, e evangelicos, as narrações historicas, as silvas, os romances, os labyrinthos, os acrosticos, e todos os escriptos, mórmente dos princípios do seculo 18.^o, que aonde quer que se abrirem darão manifestos documentos daquelle genero de escrever. – Já Jacintho Freire, e Vieira, Classicos puritanos na linguagem, se acham

³ Usamos aqui a edição de Cunha Rivara, saída a lume em 1842, na Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. O original manuscrito de Freire, datado de 1768, encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, onde Rivara foi Bibliotecário (Códice CXIII/2-1).

tocados da epidemia devastadora do bom gosto do estilo. (Freire 1842: VII)

Vieira surge, assim, nas *Reflexões*, como modelo linguístico, tal como, de uma maneira geral, nas gramáticas, ortografias e dicionários que, no séc. XVIII, contribuíram de forma significativa para a constituição de um *corpus* doutrinal vernáculo em português. Autores como D. Luís Caetano de Lima (1671-1757), D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) ou D. Rafael Bluteau (1638-1734) são exemplos de como, seja em matéria ortográfica, gramatical ou lexical, Vieira era considerado como exemplo e referência, nomeadamente nos *Sermões*. As *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* não constituem, por isso, exceção a esta prática, mas destacam-se pelo facto de, ao abordarem questões de diferentes naturezas – da ortografia ao léxico e aos domínios fonético-fonológico e morfossintático – cobrirem, numa só obra, os diferentes domínios nos quais Vieira é observado como *auctoritas* na produção metalinguística de setecentos.

A obra encontra-se organizada em três partes, num total de vinte e nove reflexões: uma primeira parte sobre o valor das palavras e correção da Gramática, uma segunda parte sobre o que pertence à pronúncia e, finalmente, uma terceira parte, constituída por ilustrações e aditamentos às partes primeira e segunda.

A primeira reflexão da primeira parte, porém, distingue-se de todas as outras por ser estruturante e, como tal, indispensável para a adequada compreensão das restantes. Trata-se de uma reflexão sobre a autoridade dos Autores Clássicos da Língua Portuguesa, entendendo-se por tal aqueles autores de primeiro plano que, pela pureza da linguagem, são considerados dignos de estudo e de imitação, funcionando como modelos; o que coloca, desde logo, a questão da *auctoritas* como central nesta obra, onde, antes de surgirem os exemplos, o autor se preocupa em definir o *corpus* doutrinal, que cronologicamente vai de João de Barros (c. 1496-1570) a Padre António Vieira (1608-1697), constituindo este uma exceção, uma vez que, segundo Rivara (Freire 1842: V-VI), a Idade Clássica «corre desde os princípios do 16.^o século até ao primeiro quartel do 17.^o», precedendo-a um período de formação e seguindo-se-lhe um de degeneração, a que, talvez, esperava o autor, pudesse vir a suceder um de regeneração, depois do séc. XVIII.

São vários os autores apontados por Freire como Clássicos de primeira linha na Literatura Portuguesa e, como tal, dignos de imitação

pelo uso que, nas suas obras, fazem da Língua Portuguesa, nomeadamente: João de Barros, Frei Bernardo de Brito, Frei Luís de Sousa, Jacinto Freire de Andrada, Duarte Ribeiro de Macedo, Manuel Rodrigues Leitão, Francisco Rodrigues Lobo e, claro, o Padre António Vieira.

É também longa a lista de autores que, ainda que, segundo Freire, pecando pelo uso de vocábulos antiquados, são apreciáveis na pureza do falar. Tal é o caso de Severim de Faria, D. Francisco Manuel de Melo, Pe João de Lucena, Pe Francisco de Sousa, Frei António das Chagas, os Padres Bartolomeu do Quental e Manuel Bernardes ou D. Luís de Meneses.

Por outro lado, e embora a obra seja dedicada aos escritores de prosa literária e, como tal, os modelos escolhidos sejam também preferencialmente cultores deste género, são também mencionados como paradigmas de pureza linguística autores de tratados científicos de diversas áreas, tais como Pedro Nunes (Astronomia), Gaspar Barreiros (Geografia), Luís Mendes de Vasconcelos (Arte Militar) e Fernão de Oliveira (Gramática) e mesmo poetas – como Camões, António Barbosa Bacelar, Baltasar Estaço, Francisco de Sá de Meneses e António de Sousa Macedo, entre outros; aspeto em que Freire inova em relação aos críticos da época:

Quanto mais que o buscar os exemplos dos Classicos não é só para a pureza e propriedade das palavras, mas tambem para a segurança nas regras da Grammatica; e todos sabem, que estas no verso são as mesmas, que na prosa, exceptuando alguma collocação de vozes, que por virtude da Syntaxe figurada é privativa para os Poetas. (Freire 1842: I-18).

De todos os modelos cujas virtudes Freire exalta, sobressai, no entanto, Vieira, sobre quem escreve estas eloquentes palavras:

Do P. Antonio Vieira diremos pouco, porque occupariamos todo este livro, se fosse necessario provar, que é o classico mais auctorizado da lingua portugueza; mas ninguem há entre nós, que o não confesse, nem entre os estranhos; que o não saiba. Se não me cega a paixão, ou não me enganam os testemunhos de sabios infinitos, nem antes, nem depois deste singular orador tivemos penna do mesmo aparato. Possuiu elle em gráu sublime todas as delicadezas, propriedades, e energia da sua lingua; e por isso é que ainda ninguem duvidou usar de vocabulo, phrase, e expressão achada em seus escriptos, ou se atreveu a censura-las, achando-as em alheios, exceptuando uma, ou outra palavra, que o uso

inteiramente deu por antiquada; injúria, a que estão sujeitos os classicos mais distinctos das linguas vivas. Seguir sempre em tudo e por tudo o fallar de Vieira, é uma segurissima regra de conseguir não só a pureza, mas o louvor de ter todo o conhecimento das subtilezas do idioma portuguez; porque nenhum outro classico temos, que escrevesse tanto, e sobre tão diversas matérias. (Freire 1842: I-9-10)

Tal apreciação, que é reforçada, ao longo da obra, com outras reveladoras da mesma admiração, confere a Vieira especial destaque entre os Clássicos, que se reflete na frequência com que o aponta como exemplo e o cita nos diferentes domínios abordados.

Antes de mais, Vieira surge essencialmente como modelo nos domínios do léxico e da sintaxe, de que trata essencialmente a primeira parte da obra. Assim, Vieira surge como atestação segura e legitimadora da pureza, por exemplo, de palavras que caíram em desuso, na Reflexão 2^a, «palavras, que desde Barros até Vieira floresceram reinantes, e vieram a murchar na idade presente, sem mais fundamento, que a opposição do uso, arbitro muitas vezes imprudente em taes materias.» (Freire 1842: I-22)

Tal é o caso de palavras como *alpargata*, *arrear*, por *enfeitar*, *desnacer*, *desquerido*, *desviver*, *escarcéu*, *escudar*, *esparcelado*, *feitura*, por *criatura*, *precintado*, por *cingido*, *privado* e *privaça*, por *valido* e *valimento*, *realeza*, *sáfaro*, por *homem rústico* e *timoneiro*.

Ou ainda, na Reflexão 3^a, o de palavras de uso frequente, mas que os críticos não admitem, por falta de exemplos seguros, mostrando-se o erro destes críticos com atestações dos Clássicos e de Vieira em particular. São algumas destas formas, desprezadas pelos críticos, mas que, segundo Freire, Vieira autoriza, as seguintes: *emprego*, por *ocupaçaõ*, *cargo ou ofício*, *farragem*, por *mistura*, *incaçavel*, *prendas*, por *qualidades* e *dotes pessoais*, podendo juntar-se-lhe algumas dadas como estrangeiras pelos mesmos críticos, mas que têm exemplos seguros nos Clássicos. Tal é o caso de palavras como *acuradamente*, por *perfeitamente*, *advocado*, por *chamado*, *conspecto*, por *presença*, *desidia*, por *perguiza*, *exinanir*, *fano*, *inferno*, por *contrário* e *inimigo*, *insaturavel*, por *insaciável*, *intemerato*, *lenho*, por *nau*, *licenciar*, por *despedir*, *manes*, *messe*, por *sementeira*, *meta*, por *baliza*, *muladar*, *pavonaço*, *previo*, *proditor*, por *traidor*, *racímo*, por *cacho*, *recamar* e *recamo*, *recente*, *reciprocicar*, *segure*, *simultaneo*, *soga*, por *corda*, *trifauce*, *trisolco*, *vacar*, por *ocupar*, *victoriar*, por *dar victória*.

Mas é na Reflexão 7^a, onde o Autor fornece uma lista de palavras cujo uso é frequentemente incorreto, que Vieira mais se destaca como *auctoritas*, precisamente num dos aspetos em que a sua prosa é mais notável: na extraordinária adequação das palavras aos conceitos, usando sempre das palavras no seu sentido próprio:

Esta propriedade, que raramente se vê praticada, é a que deo a um João de Barros, a um Fr. Bernardo de Brito, a um Fr. Luiz de Sousa, a um Jacintho Freire, e especialmente a um Vieira a distincta honra de *Mestres* da Lingua Portugueza. Quanto mais se lêr a este illustre Classico, mais se admirará, que é singular entre todos na escrupulosa propriedade, e energia, com que usa das palavras para exprimir os seus conceitos. Ora demos desta verdade alguns exemplos, afim de que por elles o Escriptor principiante tome affecto a este grande Classico, e o não largue da mão, para conseguir, como elle, o explicar-se sempre com os termos mais proprios, e cheios de energia. (Freire 1842: I-71) [...] Este é o principal Mestre que deve imitar o Escriptor principiante, deseioso de saber e praticar todos os primores da sua Lingua; (Freire 1842: I-74).

Vieira surge aqui, sugestivamente, como o «Rafael dos Oradores» (Freire 1842:I-73), pela forma como, usando de recursos retóricos como a hipérbole, a metáfora, a correlação e a prosopopeia ou personificação, pinta cenas que verdadeiramente são modelos pelo uso exemplar da língua, que, neste grau de mestria, permite mostrar e não apenas descrever; pregar aos olhos e não apenas aos ouvidos, como defende no conhecido “Sermão da Sexagésima” (Espírito Santo, Pimentel e Banza 2008: 37). Ao longo desta reflexão, Freire elogia igualmente o *decorum* oratório de Vieira, sem, no entanto, deixar de advertir que algumas liberdades de que ele usa só são aceitáveis em autoridades e não devem, por isso, ser seguidas pelos jovens autores, ainda que se encontrem atestadas nos Clássicos. Este mesmo reparo volta aliás a fazê-lo noutros lugares, ao justificar certos usos de Vieira «porque este orador por conta da summa auctoridade do seu magisterio e dos seus annos usava de vozes e modos de fallar, de que certamente não usaria em sua mocidade.» (Freire 1842: III-103)

No entanto, apesar de não restarem dúvidas de que Vieira é um Clássico autorizadíssimo, é um facto, como nota Rivara nas suas anotações às Reflexões desta primeira parte da obra, que, como aliás também reconhece a Academia Portuguesa, falta, mesmo em Freire, apesar da importância que atribui à sua autoridade, uma definição de

Clássico que permita identificar sem sombra de dúvida quais os autores que merecem este epíteto e que, como tal, devem ser seguidos como *auctoritates*. O próprio Rivara supre essa falta nas notas à Reflexão 1^a, que, como vimos, trata desta questão, explicitando o que se entende por Autor Clássico.

Esta definição, que constitui um importante aditamento à reflexão de Freire, parte da etimologia, avançando duas possibilidades, ambas fundadas no termo *classe*: a primeira, de Aulo Gélío, em *Noctes Atticae*, funda-se na aceção de *classe* enquanto classe social. Neste sentido, Clássicos seriam os de primeira classe, designando-se com este termo os cidadãos romanos de maior riqueza e, depois, por extensão semântica, «os escriptores, que na republica das letras se avantajavam aos outros assim no cabedal da sciencia, como no conhecimento e recto uso da lingua, em que escreviam.» (Freire 1842: I-159)

Já Quintiliano, *De Oratoria Institutione*⁴, considera que a aceção de *classe* na etimologia de Clássicos é a de classe escolar. Nesta aceção, seriam Clássicos aqueles que, por possuírem qualidades modelares, são preferencialmente escolhidos para instrução da juventude nas escolas.

De qualquer forma, seja qual for a aceção de *classe* na etimologia de Clássico, em ambos os casos se conclui que serão clássicos os autores «mais insignes na pureza da linguagem, na propriedade da frase, e na elegancia do estilo» (Freire 1842: I- 160).

Naturalmente, só podem produzir autores clássicos as civilizações cultas, pois só na cultura da razão e do entendimento pode florescer a linguagem e desenvolverem-se as características que lhe conferem a perfeição: ser clara, ser copiosa, ser breve, ser corrente e fluida, ser viva e versátil.

E em que consistem estas qualidades? Segundo Rivara,

para que na linguagem se dê a *clareza* cumpre 1.^o que ás palavras se liguem sempre por todos noções fixas e bem determinadas; 2.^o que se fixe o numero das significações de cada um daquelles vocabulos, que podem ter muitas; 3.^o que nella haja a maior regularidade possivel na derivação e composição dos vocabulos, na syntaxe e collocação dos mesmos, e por tanto nas inflexões dos vocabulos declinaveis. É *copiosa* a linguagem, que não carece de

⁴ *Institutio Oratoria*.

cabedal de vocabulos necessario para os fins sobreditos; e que quando lhe falte possa suppril-o antes do seu proprio fundo que recorrendo ás linguas estranhas. – Será *breve* quando exprima o maior numero de ideias pelo menor numero de vocabulos. – *Corrente ou fluida* quando for de pronuncia tão facil que fatigue o menos possivel o órgão oral de quem falla; e os sons simplicies de cada palavra possam ser distinctamente percebidos por quem ouve, depois de distinctamente proferidos por quem falla. – *Viva* quando retratar com a maior viveza as imagens dos objectos, e com a maior sensibilidade os sentimentos do espírito; *versátil* quando tiver cabedal apto para todos os estilos.

Será pois *Classico* aquelle *Auctor*, que ou concorrer para elevar a sua lingua ao maior gráu de perfeição em cada um destes dotes, ou souber servir-se rectamente della já aperfeiçoada, praticando sem mancha nos seus escriptos (como dissemos) a pureza da linguagem, a propriedade da frase, e a elegância do estilo. – A *pureza da linguagem*, para não usar de palavras ou estranhas á lingua, ou reprovadas pelo uso razoavel; e evitar assim os barbarismos⁵, archaismos⁶ e solecismos⁷. – A *propriedade da frase* para que cada ideia seja exprimida pela palavra ou frase, que mais propriamente a representa, a fim de que o ouvinte ou leitor possa cabalmente entender o pensamento do *Auctor*. – A *elegancia do estilo* para que as palavras, escolhidas com as condições das duas regras antecedentes, sejam dispostas por tal ordem e proporção, que indiquem na mente do *Auctor* as ideias arranjadas segundo as suas mais convenientes e luminosas relações. (Freire 1842: I-160-161).

Nota ainda Rivara que, para formar um Clássico com todas estas características, é necessário o estudo, mas também a experiência, essencial para adquirir aquela qualidade que considera ser a primeira num autor clássico: o espírito de observação.

Este conceito de Clássico subjaz ao que sobre o tema da autoridade dos Clássicos diz Freire na Reflexão 1^a, bem como à lista de Clássicos que apresenta, todos eles exemplos indiscutíveis de pureza, propriedade e elegância; e Vieira talvez mais do que todos porque, dono de um espírito de observação ímpar – que lhe vinha do muito estudo e da grande experiência de vida, como religioso, como político, como missionário... – foi duplamente clássico, concorrendo para elevar a língua ao seu mais alto grau de perfeição e praticando

⁵ Palavras ou locuções estrangeiras desnecessárias.

⁶ Palavras ou locuções desusadas, antiquadas.

⁷ Falhas nas regras da sintaxe.

essa perfeição nos seus escritos.

Assim, na primeira parte das *Reflexões*, Vieira surge, como vimos, como uma espécie de *auctoritas auctoritatum*, clássico, se não no estilo, na pureza da linguagem, no que se refere a questões de léxico e de sintaxe.

Na parte segunda, sobre a pronúncia, abordam-se questões morfológicas, fonético-fonológicas e prosódicas e torna-se compreensivelmente mais rara a atestação dos Clássicos, particularmente nas questões fonético-fonológicas e prosódicas. No entanto, nas questões morfológicas, voltam a ser referidos como modelos os Clássicos e entre eles maioritariamente Vieira, independentemente das motivações do seu uso. Vejam-se, por exemplo, quanto às palavras invariáveis no número, o caso da palavra *talento* (habilidade, engenho) – que, embora na generalidade dos Clássicos só apresente singular, tem em Vieira algumas atestações do plural que, por si sós, legitimam este uso; ou, quanto às palavras invariáveis no género, o caso de *personagem* – atualmente considerado como substantivo de dois géneros, mas que Vieira consagra como feminino, apesar de a forma francesa que lhe está na origem ser, como é sabido, masculina, seguindo a regra geral de transformação dos masculinos franceses em *-age* em femininos. Noutros casos, como o de *ametisto* e *safiro*, respetivamente do Latim *amethystus,i* e *sapphirus,i*, etimologicamente femininos, tal como atualmente, embora tenham mudado a terminação para *-a*, Vieira dá-lhes a forma masculina, contra a etimologia e contra o uso, mas a *epifonema*, no sentido de aclamação (Retórica), etimologicamente neutro, dá-lhe, como na atualidade, o género masculino, parecendo, aqui, seguir o uso. Em *catástrofe* e *síncope* (na aceção médica do termo), o género masculino usado por Vieira também não é etimológico, nem corresponde ao uso. Finalmente, quanto aos termos da Retórica *apóstrofe* e *ênfase*, dá-lhes Vieira o género masculino, legitimando este uso, na perspetiva de Freire, embora, na verdade, ambos sejam etimologicamente femininos, enquanto outros, pertencentes ao mesmo campo semântico e também femininos por etimologia, como *sinédoque*, *perífrase* ou *hipótipose*, são também femininos em Vieira.

Em alguns casos ainda, embora a atestação não seja de Vieira, corresponde à sua prática. Tal é o caso, por exemplo, na palavra *tribo*, quase sempre referindo-se às tribos de Israel, para a qual é indicado o género masculino, com atestação de Bluteau, que, por sua vez, segue

como referência os textos bíblicos, tal como Vieira, que usa muito frequentemente o género masculino, apesar de etimologicamente estas formas serem femininas (< lat. *tribus, us*), a par, em alguns casos, do feminino.

O próprio Freire reconhece esta inconsistência de uso na terceira parte da sua obra (p. 115), na sua Reflexão 6^a, que serve de ilustração à Reflexão 3^a da segunda parte, que trata dos nomes que não flexionam em género, onde, a par deste, surgem vários outros casos em que Vieira usa os dois géneros, como em *espinhos* e *espinhas* ou *o hipérbole* e *a hipérbole*; além dos casos, aqui copiosamente ilustrados, em que Vieira opta por um dos géneros, nem sempre por razões claras, fornecendo-se, em alguns deles, a respetiva justificação, como, por exemplo, em *Fenix*, palavra à qual, segundo Freire, Vieira dá género feminino subentendendo a palavra *ave*. Noutras casos, porém, surge apenas a atestação, como forma de *auctoritas*. Tal é o caso, além dos já referidos na parte segunda, que aqui se retomam, em *torrente* (masc.), *diadema* (fem.) ou *fantasma* (masc.), reforçando-se tal *auctoritas* com a dos Clássicos da Antiguidade, a que se compara Vieira, a propósito da construção de superlativos em *-íssimo*, referida na parte segunda:

Os modernos criticos estranham como barbaros e improprios taes superlativos; porem se Catão disse *perpetuio*, e *perpetuissimus*; Cicero *infinitorio*; Seneca *proximior*; e Ovidio *vacuissimus* & c. porque se ha de extranhar a um Classico como Vieira que use tambem da suprema auctoridade de mestre? (Freire 1842: III-117)

Em alguns casos, porém, Freire, embora não cite Vieira, contradiz o seu uso. Tal é o caso na referência à forma feminina do adjetivo *commum*, que, não só contradiz a prática de Vieira, mas as próprias informações dos gramáticos a respeito. Escreve Freire que «este nome *commum* sempre entre os melhores Classicos se applicou a ambos os dous generos, e diziam homem *commum*, agua *commum*; hoje porem será pronunciação atrevida não dizer agua *commua*» (1842: II-10), deduzindo-se desta afirmação que o uso clássico seria o invariável surgindo a forma feminina como uma novidade no séc. XVIII. Ora, segundo Williams (1991: 137) «o adjectivo *comum* formou um feminino *comua*, que foi usado até o século XVIII», de onde se deduz exatamente o contrário: que a forma feminina é antiga tendo progressivamente desaparecido até ao séc. XVIII. Esta afirmação, ao contrário da de Freire, é corroborada pelos textos de Vieira, onde se

verifica o uso da forma feminina, ainda que num número claramente minoritário de casos (cf. Banza 2007: 17), o que vem ao encontro da ideia, expressa por Williams, de que a forma feminina estaria já em declínio no tempo de Vieira, vindo a desaparecer por volta do séc. XVIII. As notas de Rivara a esta Reflexão corroboram também a ideia de que a forma feminina de *comum* estaria em franco declínio já no tempo de Vieira (séc. XVII) tendo-se tornado totalmente arcaica no tempo de Rivara (séc. XIX). Não fica, por isso, clara, para o editor das *Reflexões*, a razão que terá levado Freire (séc. XVIII) a defender a forma feminina: «Não atinâmos com a razão que moveu o A. a ir d'encontro aos Classicos, que escreveram *agua commum*, porque nada mais natural que fazer este adjetivo *commum de dous* negando-se-lhe a variação de genero feminino.» (Freire 1842: II-157)

Destes exemplos, entre muitos outros que nos escusamos de mencionar, se pode concluir que Vieira surge como verdadeira *auctoritas*, legitimando, pelo seu estatuto de Clássico, quer formas etimológicas entretanto caídas em desuso, quer também formas que vão ao arrepió, quer do uso, quer da etimologia.

O mesmo se verifica noutros casos, como, por exemplo, e citando apenas aqueles em que Vieira é referido diretamente, o supra mencionado dos superlativos, particularmente os de palavras em *-il*, em que Vieira prefere as formas vernáculas, em *-íssimo*, às latinas, em *-ílimo*, cuja autoridade é não menos que a de Camões, seguido aqui por Bluteau, bem como o de alguns advérbios (ex. *postoque* e não *indaque*), participios (ex. *affligido* e não *afflicto*) e outras formas verbais (ex. *allumio* e não *allumeio*) e nomes (ex. *Bautista* e não *Baptista*), onde o emprego, sistemático ou, pelo menos, maioritário de uma forma por Vieira é sempre tomado como referência de bom uso, em absoluto ou como alternativa legítima aos usos de outros bons autores, como no caso da terminação do superlativo, onde se admite *-ílimo*, com a autoridade de Camões e *-íssimo*, com a de Vieira. Mesmo nos casos em que o uso de Vieira peca por incoerência, como no supra referido de *Bautista*, a par de *baptismo* e *baptizar*, ou em casos em que manifestamente Freire prefere outras formas, como no caso de *esfomeado* face a *esfaimado*, forma usada por Vieira; ainda assim considera-a «genuína [...] por ser de Vieira». (Freire 1842: II-73)

Por estes exemplos se verifica que Vieira assume em Freire, salvo raríssimas exceções, o estatuto de uma verdadeira autoridade, que, como tal, não pode merecer contestação. Rivara, nas notas à parte segunda, censura, aliás, aquilo que, claramente, considera ser

uma devoção excessiva do autor à autoridade de Vieira, defendendo que não basta para que uma forma seja repreensível o facto de Vieira a ter usado poucas vezes, como é o caso em *afflito* por *affligido*, onde o participio forte, apesar de não ter por si o uso de Vieira, tem porém o dos portugueses, espanhóis e italianos (cf. Freire 1842: II-166); e que, pelo contrário, não basta que use Vieira de uma forma para que esta seja autorizada, ainda que não seja razoável ou seja mesmo contraditória: «E eis aqui a flagrante contradicção de quem só olha para auctoridades e não attende á razão das cousas.» (Freire 1842: II-166)

São, aliás, vários os comentários críticos, por vezes irónicos, de Rivara, nas suas notas às *Reflexões*, à utilização, que claramente considera excessiva, deste Clássico como *auctoritas*: «O nosso A., grande apaixonado de Vieira, olhou só para as paginas deste grande escriptor, sem consultar outros igualmente illustres e benemeritos da língua» (Freire 1842: II-178) ou «Vieira que o A. muito cita e acata». (Freire 1842: II-183)

Efetivamente, a visão do editor, Rivara, sobre a questão da *auctoritas* vieirina, setenta e quatro anos depois da redacção da obra, é bastante mais desapassionada que a de Freire, embora demonstre conhecer, ele próprio, muito bem aquele autor, quando indica formas que encontrou em Vieira, mas que passaram despercebidas a Freire. Reconhece, no entanto, que a autoridade de Vieira não deve eclipsar a de outros autores igualmente clássicos, tanto mais que Vieira usou muitas vezes de jogos de palavras, típicos do seu tempo, não devendo, em tais casos, ser seguido: «Não podemos assentir a distinção do A.: nem o exemplo de Vieira, que segundo o máu costume do seu seculo fazia jogo de palavras, vem para o caso». (Freire 1842: II-184)

Finalmente, a terceira parte da obra é constituída, como acima se referiu, por ilustrações e aditamentos às partes primeira e segunda. As ilustrações, regra geral, limitam-se a retomar e a acrescentar os exemplos fornecidos nas duas partes anteriores da obra. Já os aditamentos trazem, de facto, matéria nova, pois correspondem, de uma maneira geral, a estádios anteriores ao período clássico da língua. O melhor exemplo disso é a lista de palavras antigas, isto é, que se tornaram antiquadas antes de Barros, na Reflexão 1ª desta terceira parte, que funciona como aditamento à lista das palavras que se tornaram antiquadas entre Barros e Vieira ou depois de Vieira, apresentada na primeira parte da obra, sendo que mesmo Bluteau não as refere a todas, pelo que esta lista se constitui também como

aditamento ao *Vocabulário* de Bluteau. (Banza: 2011)

Também aqui Vieira surge como legitimador de algumas palavras caídas em desuso antes da idade clássica, muitas das quais ainda usadas por Barros. Tal é o caso de formas como *derrocar*, verbo usado até Fernão Lopes e Damião de Goes, nos sécs. XV-XVI respetivamente, mas que caiu em desuso depois do séc. XVI, sendo, no entanto, usado no séc. XVII por Vieira «grande adorador da antiguidade» (Freire 1842: III-26). O mesmo se passa, aliás, com outras formas, como *despeito*, *pareas* (tributo), *talar* (assolar), entre muitas outras.

Ainda assim, na Reflexão 4^a, sobre a propriedade nos epítetos e expressões, Freire faz notar algumas impropriedades de Vieira neste particular, corroborando, assim, de certa forma, os reparos de Rivara nas notas à parte segunda:

Por ventura Vieira, oraculo da propriedade, elegancia e pureza da sua lingua, não chamou impropriamente no tom. 2. Pag. 165 *Comedia* á Historia de José? Tal não havia de dizer se refletisse na rigorosa significação de *comedia*; mas seguiu aos comicos de Hespanha, que de taes historias formavam impropriamente comedias. O mesmo nome dá o dito classico á ressurreição de Christo, dizendo no tom. 4. pag. 396. «*Tão tragicos como isto foram os dous primeiros actos ou aparencias desta famosa comedia.*» Aqui ainda é mais notavel, e digna de censura a impropriedade da palavra *comedia*. Igualmente no mesmo tom. 4. pag. 396 chamou *tragicomedia* ao sacrificio de Isáac, e isto pela razão de acabar com fim alegre. Se este eloquentissimo homem, que tanto cuidava em fallar com a mais escrupulosa propriedade, tivesse presente na memoria o que diz sobre tragicomedia o seu Padre Delrio commentando a Seneca Tragico, certo estou, que não usaria de tal vocabulo, mas sim do de *tragedia*. Porem estas impropriedades julga leves a critica prudente comparadas com a de chamar á Santissima Trindade *Triumvirato Divino*; e *gentilhomem* a um serafim. Veja-se o tom. 12. pag. 6. (Freire 1842: III-74-75).

Em breve, porém, como se respondera a uma possível objeção à autoridade do seu Clássico preferido, o escusa de tais impropriedades: «Porém aos Auctores desta classe defende-os Horacio no *quandoque bonus dormitat Homerus*⁸; e sirva também esta defesa ao insigne Jacinto Freire, por cahir na redundancia de dizer *medir a altura da elevação do polo* &c.» (Freire 1842: III-75)

⁸ “De vez em quando (até) o bom Homero dormita”. Horácio, *Ars poetica*, verso 359.

Esta justificação, que concede, mesmo aos maiores Clássicos, a humana falha, vem mostrar que Freire tinha, na verdade, consciência de que o seu Clássico de eleição manifesta algumas escolhas potencialmente contestáveis, em absoluto ou face aos usos do seu tempo. Nada porém que, na visão de Freire, lhe retire a autoridade. Dedicar, por isso, aqui, algum tempo a provar que Vieira, nas suas escolhas mais controversas, ou tem razão ou é justificável pelo uso do seu tempo. Assim, Vieira usa, por exemplo, palavras como *acinte*, *alar* (adiantar-se em fortuna), *alporcas* (enfermidade típica dos porcos), *aranzel* (arrazoado), *arear* (perder o tino) já não aceitáveis em estilo magnífico e sublime, mas apenas no familiar cómico ou jocoso, mas é nisso justificado pela época em que viveu «porque no seu tempo não causavam muitas palavras a nauzea, que hoje causam em paladares nimiamente delicados.» (Freire 1842: III-79). O mesmo se passa com muitas outras formas como *atanazar* ou *atasalhado*, também usadas por Vieira:

Atanazar, por tirar pedaços de carne com tenazes encendidas, não é verbo que admitta um orador deste seculo, e se os annos e o conceito do publico lhe não derem licença, como deram a Vieira, para usar deste e outros muitos vocabulos, que hoje se estranham ouvidos no pulpito. [...]

Atasalhado, sendo termo de que usou Vieira no tom. 4. pag. 153, hoje não se sofre no estilo em que elle fallava, porque assim o quer o uso, tiranno das linguas vivas. Diz-se com menos energia *despedaçado*, *lacerado* &c. (Freire 1842: III-80-81)

Ou ainda: «*Desapoderadamente* sim é adverbio que tem a seu favor Vieira no tom. 2. pag. 181; porem o uso já o não admite em estilo oratorio, e quer que se diga antes *violentissimamente* ou *com vehementissimo impeto*.» (Freire 1842: III-87)

A estas poderiam acrescentar-se muitas outras que, desautorizadas pelos críticos modernos, beneficiam porém da atestação de Vieira. Tal é o caso de *desquerer*, por *não querer bem*, *diabo* por *demónio*, *lamber* (tratando-se de animal), *leigo*, por *falto de instrução*, *lerdo*, por *inábil*, *simples*, *rústico*, *peçonha* e *peçonhento*, *quitar*, por *impedir*, *raiva* e *raivar*, *remeloso*, *ronca*, *roncar* (como também *barbatear*), *ruma*, por *grande quantidade de coisas amontoadas* ou *tanger*, entre outras.

Por outro lado, são inúmeros os exemplos de alternativas fornecidas por Vieira para evitar palavras menos próprias. Tal é o caso de *bojo* por *barriga*, *embriaguez* e *ebriedade* ou *ebrio* e *embriagado*

por *bebedice* e *bebado*, *insecto* por *bicho*, *jumento* e *jumenta* por *burro* e *burra*, *empuchão* e *baldão* por *empurrão*, *carnaval* por *entrudo*, *golpes de enxada* por *enxadada*, *diversorio* por *estalagem*, *falda* por *fralda* (do monte), *laço* por *garrote*, *impudência* por *desaforo*, *desavergonhamento*, *indissolúvel* por *indesatável*, *porta travessa* por *porta traseira*, *ecúleo* por *potro* (instrumento de tortura), *acídia* por *preguiça* ou perífrases como *gado imundo* por *porco*.

Um outro aspeto em que a informação acrescentada nesta terceira parte da obra pode ser considerada bastante relevante é o que, na Reflexão 8ª, aditamento à Reflexão 9ª. da segunda parte, diz respeito à classe verbal, com destaque para a conjugação de determinados verbos, mas também para o seu quadro de subcategorização e para as preposições que regem, quando é o caso, sempre com a atestação de Vieira. Vejam-se apenas, a título de exemplo, os reparos à conjugação de *hir*, cuja forma da primeira pessoa do plural é *himos*, e não *vamos* (que deve reservar-se para o imperativo); à defesa da desnecessidade da partícula reflexa em verbos como *arrastar*: *arrastando* e não *arrastando-se*, ou *calar*: *calar* e não *calar-se*, mas *partir-se* e não *partir*, por ter figuração passiva; ou ainda à construção de determinados verbos, como *subir*: *subir a parede* e não *pela parede*, *gozar de* e não *gozar* ou *dever* e *haver* e não *dever de* e *haver de*.

Ainda na conjugação verbal, merece destaque a afirmação, relativa às formas verbais que expressam irrealidade em orações subordinadas de construções condicionais, de que Vieira prefere as formas do mais-que-perfeito do indicativo, em *-ara*, *-era* e *-ira*, às do imperfeito do conjuntivo, em *-asse*, *-esse* e *-isse*. Na verdade, se tivermos em conta que, de acordo com Bechara, é só na fase hodierna da Língua Portuguesa, isto é, a partir do séc. XVIII, que se verifica o «desaparecimento do mais-que-perfeito simples do indicativo no período hipotético, em proveito de outras formas e o aparecimento do mais-que-perfeito do subjuntivo na oração subordinada iniciada por *se*» (Bechara 1991: 75), tal não é surpreendente. Importa, no entanto, realçar que, em Vieira, embora as formas verbais do mais-que-perfeito do indicativo sejam efetivamente ainda muito frequentes, os esquemas de relações temporais são bastante variados nas construções condicionais expressando irrealidade, o que configura uma situação um pouco mais complexa, porventura indiciadora de uma mudança em curso, embora as construções com as duas formas, na subordinante e na subordinada, no mais-que-perfeito do indicativo apareçam ainda

com alguma frequência em Vieira, constituindo uma das marcas mais arcaizantes da sua prosa, uma vez que tais construções são tipicamente caracterizadoras dos períodos antigo e médio da língua. (Banza 2007: 11-14)

Finalmente, destaque ainda para outro traço arcaizante da prosa vieirina referido por Freire: a preferência de Vieira pela omissão do artigo definido junto de preposição: *de Europa* e não *da Europa*, construção cujo uso começou a decrescer na fase clássica da língua, tendo praticamente desaparecido depois do séc. XVIII.

Poderíamos referir aqui muitos outros exemplos da devoção de Freire à *auctoritas* vieirina, mas os escolhidos serão suficientes para demonstrar a sua posição nesta matéria e para nos permitirem retirar algumas conclusões sobre o seu significado no quadro da produção metalinguística de setecentos.

Antes de mais, importa ter em conta que *As Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire, escritas em 1768, surgem num momento de grande produção de natureza metalinguística, durante o qual surgiram algumas das contribuições mais importantes para a constituição de um *corpus* doutrinal vernáculo em português; e, se não podem ser consideradas uma obra maior dessa mesma produção, constituem, no entanto, um documento com interesse a vários níveis, nomeadamente quanto à questão aqui abordada.

Assim, destaca-se nas *Reflexões* a crítica flagrante, e em alguns casos algo inesperada, a alguns dos mais conhecidos autores de obras de natureza metalinguística do seu tempo. Vejam-se, por exemplo, os comentários, fundamentalmente negativos, que, ao longo da obra, o autor faz a Madureira Feijó, cuja *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* foi publicada pela primeira vez em Lisboa em 1734 e que Freire acusa de não seguir Vieira e outros bons autores clássicos, fornecendo, por isso, indicações sem fundamento. Isto, apesar de a forte tendência etimologista que caracteriza a obra de Madureira, por oposição a Verney, se compaginar na perfeição com o uso de Vieira, ainda que por diferentes razões.

É de supor que Freire se referisse em particular à terceira parte da *Orthographia*, dedicada aos erros da pronunção, onde Madureira, à semelhança do que também faz Freire nas *Reflexões*, apresenta listas de formas corretas, por ordem alfabética, a par das incorretas, dando conta dos fenómenos registados e, por outro lado,

funcionando como um pequeno dicionário. Não pode, por isso, entender-se a crítica, salvo na medida em que, efetivamente, Madureira quase não cita os autores portugueses, preferindo a *auctoritas* dos Clássicos da Antiguidade.

Apreciação semelhante merece-lhe também José de Macedo, que, em 1710, publicou, sob o pseudónimo de António de Melo Fonseca, o *Antídoto da Língua Portuguesa* e que Freire considera «crítico de poucos cabedaes» (Freire 1842: III-61), apesar de tomar como *auctoritates* vários Clássicos da Antiguidade ou do Renascimento e, entre os portugueses, Camões.

Apenas Bluteau é, entre os autores do seu tempo, muitas vezes seguido e poucas vezes contestado. No entanto, embora lhe conceda o estatuto de referência em matéria lexicográfica, por ter vindo fornecer ao Português um instrumento de normalização linguística essencial, mas, até então, e ao contrário do que já acontecia na generalidade das restantes línguas europeias, inexistente, ainda assim, não deixa de lhe criticar os excessos e lacunas e, muitas vezes, a escolha das *auctoritates* que segue.

Dos autores mais antigos, apenas lhe merece referência, sempre positiva, Barros. De fora das suas observações, mas muito provavelmente não do seu conhecimento, ficam muitos dos mais importantes autores dos séculos XVI e XVII, como João Franco Barreto, Pêro de Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão, Bento Pereira, Amaro de Roboredo e Álvaro Ferreira de Vera, e muitos dos que, no séc. XVIII, publicaram antes de 1768, como D. Jerónimo Contador de Argote, Fr. Luís de Monte Carmelo, D. Luís Caetano de Lima e Manoel José Paiva.

Efetivamente, pode dizer-se que Freire integrava a fação mais esclarecida da nova mentalidade das Luzes em Portugal. Como membro da Congregação do Oratório, era defensor de uma pedagogia mais moderna que a dos Jesuítas que, até então, haviam dominado o ensino em Portugal, e que se traduzia sobretudo na adoção das ciências experimentais e algébricas e na importância atribuída ao estudo da língua pátria; como membro da Arcádia Lusitana, era defensor do bom gosto e da estética neoclássica, sendo profundo conhecedor da Língua, como da Literatura. Não é, por isso, de estranhar o facto de se ter interessado por questões de natureza metalinguística, estando preferencialmente ligado à Literatura, pois o bom escritor só poderá sê-lo se, antes de mais, dominar na perfeição a

sua língua. Não é também de estranhar que, nestas matérias, tenha defendido a importância da lição dos Clássicos, e dos Clássicos portugueses em particular, de Barros a Vieira, o que nem sempre foi seguido pelos seus contemporâneos, como é o caso de Madureira, mas tem bons exemplos noutros autores, como Lima, por exemplo, que elege Vieira, entre os bons autores, como *auctoritas* maior em matéria de usos gráficos a seguir como norma.

Talvez se possa criticar em Freire, como o fez Rivara quando, já em pleno séc. XIX, publicou, pela primeira vez, as *Reflexões*, a excessiva devoção ao exemplo de Vieira, traduzindo-se tal excesso no número claramente desproporcional de citações deste autor face às de outros igualmente clássicos. No entanto, ninguém negará que Vieira é, efetivamente, entre os portugueses, o modelo mais acabado de autor clássico, tendo sido tomado como *auctoritas* desde o seu tempo até à atualidade, como acima referimos, em todos os domínios da língua. Naturalmente, Vieira praticou, por vezes, algumas impropriedades e algumas outras pecou por falta de razão ou de coerência nas suas escolhas, mas, como bem reconheceu Freire, *quandoque bonus dormitat Homerus*, e, por outro lado, o estatuto e a idade funcionam também como justificação de algumas liberdades, só admissíveis numa verdadeira autoridade.

Creemos que, ainda que confesso admirador de Vieira e profundo conhecedor da sua obra – e não apenas dos *Sermões*, mas também, nomeadamente, da *História do Futuro* (Freire 1842: II-135) – Freire revela ter consciência das inevitáveis falhas do seu modelo. No entanto, o inequívoco estatuto de Mestre da Língua Portuguesa, nos seus diferentes domínios, também reconhecido a Vieira por muitos outros autores da sua época e ainda muito depois dela, acaba por justificar a clara preferência que demonstra pelo seu exemplo, como representante do bom uso, em geral, sem que tal retire a autoridade aos demais Clássicos identificados na sua primeira Reflexão. Ainda assim, a obra de Freire não pode deixar de ser considerada, entre a produção da sua época, como um dos mais relevantes exemplos do importantíssimo papel de Vieira no estabelecimento da doutrina linguística e literária de setecentos.

Bibliografia

Banza (2011): Ana Paula Banza, “As Reflexões (1768) de Francisco José Freire e o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau”, *Actas do XVI*

- Congresso Internacional da Associação e Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)*, Alcalá de Henares, Madrid (Pub. Em CD-rom. ISBN: 978-84-8138-923-4).
- Banza (2010): Ana Paula Banza, "Reflexão metalinguística no séc. XVIII: o caso das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire", Rolf Kemmler / Barbara Schäfer-Prieß / Roger Schöntag (Hrsg.), *Portugiesische Sprachgeschichte und Sprachwissenschaftsgeschichte*, Tübingen, Calepinus Verlag, pp. 1-14.
- Banza (2008): Ana Paula Banza, *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols, de Padre António Vieira. Edição crítica. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Banza (2007): Ana Paula Banza, "Alguns aspectos da Língua Portuguesa seiscentista na escrita do Pe. António Vieira", *Diacrítica*, Ciências da Linguagem, nº. 21/1, pp.5-24.
- Bechara (1991): Evanildo Bechara, "As fases da língua portuguesa escrita", *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, III, pp. 68-76.
- Castelo Branco (1876): Camilo Castelo Branco, *Curso de Literatura*, Lisboa, Liv. Editora de Mattos Moreira, 1876.
- Espírito Santo, Pimentel e Banza (2008): Arnaldo do Espírito Santo, Maria Cristina Pimentel e Ana Paula Banza, *Sermões I*, de Padre António Vieira. Edição crítica. Lisboa, CEFI - Centro de Estudos de Filosofia/Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Freire (1768): Francisco José Freire, *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa, Escriptas por Francisco Joze Freire da Cong.m do Oratorio de Lisboa em 1768*, Manuscrito: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXIII / 2-1.
- Freire (1842), Francisco José Freire, *Reflexões sobre a Língua Portuguesa, escriptas por Francisco José Freire, publicada com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis. Disponível em: <http://purl.pt/135>.
- Garrett (s.d.): Almeida Garrett, *Obras*, Porto, Lello & Irmão-Ed.
- Gonçalves (2003), Maria Filomena Gonçalves, *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e

Tecnologia.

Gonçalves (1992), Maria Filomena Gonçalves, *Madureira Feijó, Ortografista do séc. XVIII. Para uma História da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, ICALP.

Martins (1998): José Cândido Martins, "A *auctoritas* do P.e António Vieira na cultura romântica de Oitocentos", *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 1, pp. 149-182. Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candido08.htm>.

Pessoa [1982]: Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, por Bernardo Soares, recolha e transcrição dos textos: Maria Aliete Galhoz, Teresa Sobral Cunha, prefácio e organização: Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática.

Pires (1977): Maria Lucília Gonçalves Pires, "José de Macedo – Um 'crítico' de Camões", *Colóquio Letras*, nº 40, pp. 20-27. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=40&p=20&o=p>.

Williams (1991): Edwin Bucher Williams, *Do Latim ao Português*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.